

CISESKI, Ângela A.; GADOTTI, Moacir. “Avaliação e autonomia na escola”. In: ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998.

## Prefácio

### Avaliação e autonomia da escola

Por conta de uma série de reformas e mudanças ocorridas na educação nos últimos anos e pela nova legislação, em particular a LDB, os sistemas de ensino têm introduzido maior flexibilização e autonomia nas escolas, provocando alterações significativas, inclusive em relação à avaliação do desempenho dos alunos.

Certamente essas mudanças criam um clima de ansiedade entre nós educadores. Ora porque percebemos contradições nas próprias políticas educacionais que, por exemplo, muitas vezes apresentam o discurso da autonomia, mas uma prática centralizadora, ora porque aquelas mudanças colocam em xeque nosso “quefazer” cotidiano nas escolas, exigindo de nós atualização de nosso conhecimento, reestruturação da forma de conduzir nosso trabalho etc. Seja como for, não podemos ficar alheios ao processo, esperando que as coisas aconteçam para depois administrá-las. É necessário que tomemos parte nas decisões e as conduzamos de acordo com nossos interesses. Para que há consenso sobre a necessidade de as escolas conquistarem maior autonomia. Mas de que autonomia estamos falando? Ela será dada ou será conquistada a partir de nossa capacidade de articulação, proposição e organização em torno dela? É algo estático, que uma vez conquistado, deixa-nos à vontade para nos preocuparmos com outras questões ou exige de nós movimento constante de construção? Autonomia implica avaliação? De quem? Pra quê? Por quem?

Apesar de as normas regimentais serem comuns aos vários sistemas, a escola, pela nova LDB, é responsável pela elaboração dos seus próprios regimentos. Ela poderá elaborar o seu plano de gestão estabelecendo objetivos, metas e critérios de acompanhamento, controle e avaliação. O que isso significa, na prática, em casa estado e em cada município? Em que medida cada escola poderá elaborar desde o seu projeto político pedagógico, sua proposta e linhas de ação? A flexibilização é ainda muito pequena – a organização do tempo e dos dias letivos, por exemplo, é pouco flexível. Mas, como já dissemos, a autonomia não será uma doação. Ela só pode existir concretamente na forma de conquista.

Uma maior flexibilização das estruturas e das práticas de ensino, que garante maior autonomia às escolas, deverá causar mudanças também nas relações e vínculos entre professores e alunos, escola e comunidade. Isso possibilitará maior conhecimento do entorno da escola. Na medida em que ela conhecer os desejos dos cidadãos e das cidadãs, não ignorar o projeto de vida e de sociedade dos que

a cercam e dos que a frequentam, passará a atender cada vez menos à burocracia e cada vez mais aos que dela fazem parte.

Esse processo de construção deverá ser muito lento. Mexer com as mentalidades e com a cultura escolar leva tempo. É o longo caminho que deve ser percorrido para sair de uma mentalidade burocrática e se chegar à construção de uma mentalidade democrática.

Mas não podemos desistir de lutar pela construção de uma escola de qualidade para todos, só porque existem limites. Os limites existem para serem superados. Eles não devem ser vistos como obstáculos intransponíveis, mas como desafios a serem enfrentados. O tempo do limite é o mesmo da possibilidade.

Com que forças e resistências contaremos para construir essa nova escola?

Em primeiro lugar, essa nova escola deverá contar com as novas ou renovadas estruturas dos Grêmios Estudantis, agora obrigatórios, com os Conselhos de Escola (classe e série) ou colegiados com poder deliberativo. Mas eles precisam realmente funcionar. Ambos são responsáveis coletivamente pela elaboração do regimento de cada escola, pelo plano diretor, pelo envolvimento permanente de todos os assuntos que disserem respeito à estrutura e ao funcionamento da escola. Os pais agora terão mais responsabilidade na definição de escola que desejam para os seus filhos.

Em segundo lugar, essa escola não surgirá sem uma equipe instituinte que institua o novo no instituído existente. Em outras palavras, a escola precisa de uma equipe que trabalhe transdisciplinarmente e acompanhe diariamente o desenvolvimento da escola. As Secretarias precisam pensar muito nisso antes de exigir simplesmente o cumprimento de novas normas, por mais flexíveis que sejam. Sem isso, dificilmente poderemos “flexibilizar” nossas escolas. Elas não são burocráticas porque desejam, mas pelas condições concretas que determinam que elas sejam burocráticas.

Em terceiro lugar, será preciso vencer ainda vários limites da construção dessa escola que não se encontram apenas na formação continuada de seus professores e funcionários, mas sobretudo na falta de infra-estrutura: classes superlotadas, falta de bibliotecas, laboratórios, equipamentos e salários adequados. Os problemas estruturais da escola impedem que ela se envolva mais com seu projeto político pedagógico.

E como fica a avaliação nesse contexto de mudanças? Não se justifica mais uma avaliação punitiva. A avaliação numa concepção burocrática da escola sempre teve caráter disciplinar. O funcionamento da escola com essa nova estrutura colegiada exigirá uma nova forma de avaliar. Ela deverá ser necessariamente “dialógica”. Ela deverá ser dialógica tanto interna quanto externamente. Internamente, pois, se ela pode estabelecer seus objetivos, é ela que deve avaliar se está, ou não, atingindo-os. Externamente, isto é, nas relações que mantém com a comunidade, com a Delegacia de Ensino. Se a escola pode introduzir a “progressão continuada” não reprovando entre as séries

intermediárias dos diversos ciclos e níveis de ensino; se ela pode introduzir um sistema de “progressão parcial”, isto é, promover o aluno com “dependências” em até três disciplinas; se ela pode introduzir um sistema de “compensação de ausências” por outros trabalhos; se ela pode reclassificar os alunos segundo a sua competência etc... ela terá um grau de responsabilidade cada vez maior e exigirá dela uma compreensão nova da forma de avaliação.

José Eustáquio Romão, nesta obra primorosa e atual, com clareza e didaticidade, vai nos mostrando os limites da prática avaliativa predominante em nossas escolas. Corajosamente, nos capítulos iniciais, retoma a questão da ideologia presente na ciência, na educação e na avaliação. Análise de suma importância no atual contexto, em que é hegemônica a visão que, ideologicamente, tudo desideologiza, apresentando a realidade como algo dado e não como construção histórica suscetível a mudanças. Nesse sentido, destaca que a avaliação, tal como é feita nas escolas, tem suas razões históricas e não está caracterizada pela neutralidade, pois atende a determinados interesses. Mas se assim está, não necessariamente assim deverá ser eternamente.

Na perspectiva da escola cidadã, em que se desenvolve uma educação libertadora, o autor mostra que o “conhecimento não é uma estrutura gnoseológica estática, mas um processo de descoberta coletiva, mediatizada pelo diálogo entre educador e educando” e, por isso mesmo, a avaliação se transforma “em mais um momento de aprendizagem tanto para o professor quanto para o aluno”.

Estabelecendo uma constante relação entre teoria e prática e rejeitando a visão maniqueísta, o autor analisa as diferentes contribuições teóricas atuais sobre a avaliação, destacando as limitações e avanços de cada uma. Desse modo, vai construindo dialeticamente uma resposta – que não se pretende conclusiva, como ele mesmo destaca na introdução – às exigências e aos limites desta nova e necessária forma de aferição do rendimento do aluno e de avaliação do desempenho escolar.

Certamente este livro traz uma grande contribuição aos que procuram neste momento os caminhos para uma escola ao mesmo tempo autônoma e unitária, alegre e séria, compromissada com o projeto de vida de todos os que fazem, com a sua participação carinhosa e envolvente. Trata-se realmente de mais um “guia escola cidadã”.

*Moacir Gadotti e Ângela A. Ciseski*  
Diretores do Instituto Paulo Freire